

## A UNIVERSIDADE DO BRASIL E AS SUAS MEMÓRIAS: UM ESTUDO SOBRE A PRESERVAÇÃO DE SEU ACERVO<sup>1</sup>

Andréa Cristina de Barros Queiroz

Doutoranda em História Social no PPGHIS/UFRJ

Historiadora responsável pelo *Projeto Memória/SiBI/UFRJ*

[andreaqueiroz@sibi.ufrj.br](mailto:andreaqueiroz@sibi.ufrj.br)

### A Memória e a História

Michel de Certeau (2002, p.77) salientou que os lugares permitem e interditam as produções da história, tornando possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns e, por outro lado, impossibilitando outras. Por sua vez, os grupos, classes e indivíduos também estão em constante disputa pelo poder. As relações entre poderes, muitas vezes, definem o que será lembrado e o que deverá ser esquecido. Seja como for, é no âmbito da noção de poderes que se define o que ficará registrado em livros e programas escolares, tornando “memória histórica”, ou a “história oficial”.

A memória, dessa forma, está diretamente ligada aos mecanismos de controle e dominação de alguns grupos sobre outros. A evocação da memória também está vinculada a um tempo presente. Mesmo remetendo a uma lembrança do passado, é a necessidade *presente* que norteia a evocação memorialística. Neste sentido, é pertinente termos a consciência que os interesses do presente norteiam e definem o trabalho de rememoração e/ou celebração do passado.

A “rememoração” [...] proporciona o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da minha infância (RICOEUR, 1996, p.8).

Para Paul Ricoeur, existe uma distinção entre *rememoração* (parte de um processo de elaboração individual) e *comemoração* (trabalho de construção de uma memória coletiva). A mediação entre a memória individual e a coletiva passaria, então, segundo esse autor, pelo viés de uma identidade narrativa, inscrita no tempo e na ação. De acordo com Ricoeur, como a memória possui um caráter seletivo, ocorre uma

---

<sup>1</sup> Este trabalho retoma e aprofunda aspectos abordados no texto *Projeto Memória da UFRJ* (OLIVEIRA; QUEIROZ; MELLO, 2009).

manipulação desta em função da utilização deliberada do esquecimento. Os usos dessa seleção da memória coletiva encontram-se, portanto, nesse processo de *rememoração* social, cuja intenção é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Lembramos que as utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das *comemorações* que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal, destacou Helenice Rodrigues da Silva (2002, p.436). Para esta historiadora, a comemoração tem por objetivo demonstrar que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção ao futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica (2002, p.436).

Pierre Bourdieu (2001, p.37) nos alerta para o perigo de nos tornarmos objetos dos problemas que se tomam para objeto. Ademais, concebemos que as formas de concepção do passado também são formas de *ação*, já que, “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações”. (ALBERTI, 2004, p.33)

Assim, ressaltamos que memória e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, constituindo-se, mutuamente, num processo no qual a primeira dá substrato à segunda. Através de uma constante seletividade de elementos, a memória busca a legitimação do que deve prevalecer na lembrança e por isso também é objeto de constante disputa de poderes. Isso também vale para a memória institucional. Se é verdade que uma instituição é constituída por uma complexa rede de relações estabelecidas, não somente nos papéis e registros oficiais, mas (e sobretudo) através das práticas habituais, fundamentadas em valores e normas adotadas pelos sujeitos que as constituem e nela atuam, é também sabido que a identidade compartilhada é um poderoso fator de coesão de grupos (BOURDIEU, 2001, p.37).

Nas instituições, “o discurso oficial produz determinados significados relacionados com a construção identitária da instituição em foco” (OLIVEIRA, 2002) e através dele podemos perceber a atuação dos diversos grupos implicados neste processo, bem como a relação destes com os diversos tipos de memórias que se perpetuam ou se apagam. O discurso a que nos referimos extrapola a noção de textos, documentos e falas. Refere-se também à relação que os sujeitos estabelecem com o meio social e ao processo histórico em curso.

Reconhecemos que a “importância do resgate da memória institucional está na necessidade de se estabelecer uma identidade que tem no passado seu lugar de construção, e, no presente, a tarefa coletiva de preservação e salvaguarda” (UERJ, 2001, p.XI). Ao falarmos em espaços de memória estamos nos referindo ao “conjunto de iniciativas de registro dos dados coletados em atividades de pesquisa e/ou no recolhimento de materiais didáticos, documentos, móveis, utensílios e equipamentos que, percebidos em sua dimensão histórica, são inventariados em conjuntos coerentes, sendo em seguida socializados para a consulta ao público interessado. Dessa forma, tais documentos e objetos tornam-se depositários da história da instituição, passando a compor o seu patrimônio cultural” (XAVIER, Mimeo, p.2).

Como foi ressaltado no texto do *Projeto Memória*, precisamos criar, assim, mecanismos internos e externos que reforcem, junto às instâncias superiores, aos governantes, às agências de fomento e aos empresários, sobre a importância de salvaguarda da memória das instituições, bem como da necessidade de viabilizar recursos materiais importantes à recuperação, preservação e disseminação de informações sobre os acervos memorialísticos a toda sociedade (OLIVEIRA; QUEIROZ; MELLO, 2009, p.7).

### **O Projeto Memória da UFRJ**

O *Projeto Memória*, coordenado pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e desenvolvido em conjunto com diversas instâncias da Universidade, procura viabilizar mecanismos para diagnóstico, identificação, assessoria técnica e difusão de acervos documentais, arquitetônicos e orais que constituem a história e a memória da UFRJ.

O *Projeto* está em conformidade com os objetivos da UFRJ no que se refere ao “desenvolvimento de permanente intercâmbio com a sociedade civil, assegurando o

ingresso e a circulação no interior da Universidade de múltiplas formas de saber e da experiência técnica, bem como da cultura e da arte, diversas daquelas que são associadas às práticas estritamente acadêmicas, com reconhecimento da relevância dos conhecimentos e experiências desses atores sociais para a pesquisa e ensino universitários” (UFRJ, 2006, p.13).

Seja como for, percebemos a necessidade de se estabelecer políticas de financiamentos, tanto públicos quanto privados para a salvaguarda dos patrimônios e acervos materiais e imateriais, tão espalhados e fragmentados na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O equacionamento entre a consciência da necessidade de preservação e os recursos materiais viabilizados para tal necessidade ainda é um desafio a ser superado. Entretanto, temos a consciência de que, ao nos colocarmos como defensores e “guardiões” de acervos memorialísticos, assumimos grande responsabilidade perante as futuras gerações. O direito à memória é um direito de cidadania.

Como entidade pública, a Universidade tem, entre suas funções, assegurar à sociedade o direito de acesso a todas as informações sobre sua origem, trajetória e funcionamento, reafirmando, desta forma, sua importância estratégica na construção de saberes e da cidadania. A organização, a preservação e a divulgação dos acervos contribuirão para futuras pesquisas que tenham como objeto de estudo a produção do conhecimento gerado na Universidade *grosso modo*, e, por conseguinte, um aspecto de relevante importância para a compreensão da trajetória da construção do pensamento científico, cultural e tecnológico em nosso país. Portanto, ressaltamos a importância da preservação da memória técnico-científica e cultural da Universidade para o fortalecimento de sua identidade institucional.

Com a criação do Grupo de Pesquisa em Memória e Documentação (GPMD) no *Projeto Memória*, há o objetivo comum de preservação e análise de documentos que fazem parte da história da UFRJ, organizando e disponibilizando as informações de acervos, tanto para a comunidade universitária (alunos, professores, servidores técnico-administrativos, pesquisadores), quanto para a comunidade externa. A fim de se manter um contínuo diálogo entre a preservação de seus acervos e a difusão das pesquisas já existentes, em especial nos Programas de Pós-Graduação da própria UFRJ, o *Projeto Memória* promove anualmente a série de seminários *Memória, Documentação e Pesquisa* que visa além da divulgação do acervo e patrimônio institucional, uma análise

da produção científica dentro e fora da Universidade acerca dessa temática, como também a organização em livro das conferências e palestras apresentadas nesta série.

Destacamos ainda que o *Projeto Memória* realizou, até o presente momento, o levantamento das seguintes unidades e espaços detentores de acervos e/ou arquivos vinculados à história e à memória da UFRJ, identificando-se, com isto, as possibilidades de contribuição de cada uma no projeto:

- Acervo Histórico da Faculdade de Farmácia
- Acervo do Gabinete do Reitor (Atas do *Consuni* e Coleção Iconográfica)
- Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro / IFCS
- Arquivo do Escritório Técnico da Universidade<sup>2</sup>
- Arquivo Histórico do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira / Biblioteca da Faculdade de Direito
- Arquivo Memória do Museu Nacional
- Arquivos do Programa Avançado de Cultura Contemporânea / FCC
- Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia
- Biblioteca Digital da Escola de Música
- Biblioteca Pedro Calmon / FCC
- Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery
- Centro de Documentação do Ensino das Ciências da Saúde
- Centro de Informações Européias / IFCS
- Centro de Memória da Escola de Serviço Social
- Centro de Memória Inezil Penna Marinho / EEFD
- Centro de Pesquisa em Línguas Indígenas / Museu Nacional
- Espaço Carlos Chagas Filho / CCS
- Memória do Trabalho Escravo Contemporâneo / GPTEC / NEPP-DH
- Museu D. João VI / Escola de Belas Artes
- Museu da Anatomia / CCS
- Museu da Escola Politécnica / CT
- Museu da Geodiversidade / CCMN

---

<sup>2</sup> Este acervo, em 2010, foi transferido para o Núcleo de Pesquisas e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (NPD) / FAU.

- Museu da Psiquiatria
- Museu da Química Professor Athos da Silveira Ramos / IQ
- Museu do Observatório do Valongo
- Museu Instrumental Delgado de Carvalho / Escola de Música
- Museu Nacional / FCC
- Museu Virtual da Faculdade de Medicina
- Núcleo de Pesquisas e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
- Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade / Faculdade de Educação

### **Comemorar: memória e preservação**

Em 1810, com vistas à melhor adequação, da ex-Colônia Portuguesa na América e elevada à categoria de Reino Unido, às exigências impostas pelo padrão de civilidade européia, foi criada, no Rio de Janeiro, em 1810, a Academia Real Militar<sup>3</sup>, a qual deu origem a Escola Politécnica da UFRJ.

Na Academia, também, foram criados os primeiros cursos médicos, existentes na Escola de Anatomia e Cirurgia no Hospital Real Militar. Após a emancipação política do Brasil, foram criadas a Faculdade de Medicina (1832) a partir dos cursos médicos do citado Hospital, e a Faculdade de Direito<sup>4</sup> (1891).

Foram estes três estabelecimentos de ensino que deram origem, em 1920 (fig. 6), à Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira Universidade do Governo Federal no país (Decreto 14.343, de 7 de setembro de 1920).<sup>5</sup> Todavia, esta se apresentava enquanto *Universidade* apenas na denominação, já que na prática as suas escolas encontravam-se dispersas espacialmente e funcionavam independentemente, não estabelecendo sequer relações orgânicas. Assim, podemos dizer que

a criação da URJ nos anos 1920 não era a decorrência do amadurecimento de um projeto, capaz de realizar o ideal universitário de união entre espírito

---

<sup>3</sup> Em 1792, o vice-rei D. Luiz de Castro assinou os estatutos aprovando a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho que antecedeu a Academia Real Militar, a qual descendem, em linha direta, a famosa Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, posteriormente chamada de Escola Nacional de Engenharia, alterada em seguida para Escola de Engenharia da UFRJ e, retornando o nome para Escola Politécnica da UFRJ.

<sup>4</sup> Em 1882, foi criada a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e, em 1891, a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal. Estas duas instituições eram de caráter privado. Foi a fusão destas duas instituições que originaram a Faculdade de Direito da futura Universidade do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> A Universidade do Paraná, sediada em Curitiba, foi a primeira Universidade criada no Brasil, em 1912.

(Universitas) e corpo (Campus). Ao contrário, tratava-se quase de um simples ato burocrático de justaposição de instituições de ensino superior previamente existentes. Esse fato viria a moldar a estrutura da Universidade e levar à formação de uma cultura que demarcarão sua trajetória posterior e que até hoje [2006] ainda se constituem em obstáculos ao desenvolvimento da UFRJ (UFRJ, 2006, p.15).

*Ata da primeira reunião das Congregações das Faculdades de Medicina e de Direito e da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, realizada em 11 de outubro de 1920, para a discussão e aprovação do Projecto de Regulamento da Universidade do Rio de Janeiro, sob a presidência do Sr.Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Presidente do Conselho Superior de Ensino e Reitor da Universidade [...].*

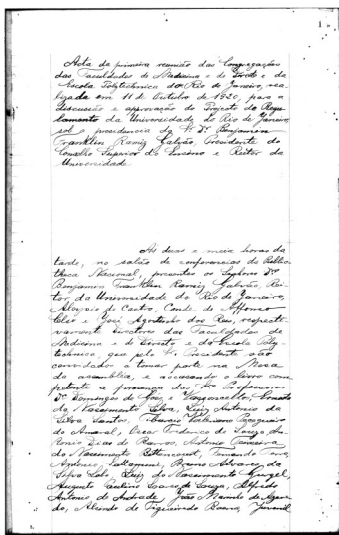


Figura 1 - Gabinete do Reitor / Reprodução Base Minerva: <http://www.siglinux.nce.ufrj.br/~consuni>

A partir de 1937, a URJ foi transformada em Universidade do Brasil (UB), com a incorporação de diversas instituições já existentes. Contava com quinze Faculdades e Escolas, um Museu e quinze Institutos (Lei 452, de 5 de julho de 1937). Este período coincide com o início do Estado Novo (1937-1945), em que a política governamental autoritária e centralizadora esteve presente na constituição das disposições gerais da Universidade, como a ausência de autonomia desta em relação ao Governo Federal.

Maria de Lourdes Fávero (2000, p.53) analisou o controle do Estado Autoritário no pós-1937 sobre as instituições universitárias, evidenciado pelo artigo 27 da Lei nº 452/37, no qual tanto o Reitor como os diretores dos estabelecimentos de ensino seriam escolhidos dentre os respectivos catedráticos, pelo Presidente da República, e nomeados em comissão, até que fosse decretado o Estatuto da Universidade. Todavia, ficou

proibida, aos professores e aos alunos da Universidade, qualquer atitude de caráter político-partidário ou comparecer às atividades universitárias com uniforme ou emblema de partidos políticos. Seja como for, a Universidade do Brasil viveu sob o controle explícito dos poderes instituídos, caracterizado pela organização monolítica do Estado, sem qualquer autonomia. Segundo Fávero, houve uma exacerbada centralização de todos os serviços de educação, decorrendo daí a concepção de que o processo educativo poderia ser objeto de estrito controle legal.

A partir dessa Lei deveria a UB configurar-se como referência a todas as Universidades do país, que existissem ou que viessem a ser criadas, congregando a elite intelectual que se incumbiria da direção da nação, “resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p.221).

A partir de 1965, no contexto da ditadura militar (1964-1985), a UB passou a designar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passando por uma transformação “modernizante” em tempos de regime autoritário. A UFRJ “incorporou, assim, desde sua fundação, aqueles que são até hoje seus traços constitutivos: retardatária, fragmentada, patrimonialista e elitista – traços esses que se reproduziram ao longo do tempo” (UFRJ, 2006, p.17).

Fávero (2007, p.37) salientou que a padronização do nome das instituições universitárias federais ocorreu em virtude do contexto autoritário em que o país vivia. Ratificando a sua observação com análise da Lei nº 4.759, sancionada em 20 de agosto de 1965, a qual dispôs no artigo 1º que “as Universidades e Escolas Técnicas Federais da União, vinculadas ao Ministério de Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado”.

Esta conformação pela reunião de escolas pré-existent, dispersas, bem como a intenção totalizadora e elitista marcaram profundamente a origem e trajetória da UFRJ. Como destacou Fávero (2000, p.109),

a construção e crescimento dessa Universidade, de 1920 a 1965, não se deu de modo uníssono e unilateral. Malgrado os problemas materiais e humanos, ela foi e continua sendo um espaço que tem contribuído para a produção e a socialização do conhecimento no país. E mais, estudar a história da Universidade do Brasil, procurando conhecer como se processou a sua construção e as mudanças ocorridas durante as trajetória, significa revisitar não apenas a sua própria história, mas também a do pensamento liberal e

autoritário, cujo imbricamento marca fundo a história das instituições universitárias no Brasil, como parte de uma realidade concreta e permeada de contradições.

Portanto, em 2010, quando a UFRJ completa 90 anos, o *Projeto Memória* com a intenção de *comemorar* a história da Universidade dará início a coleta de uma série de depoimentos referentes à memória da comunidade acadêmica e externa à instituição (como os moradores da Maré e da Vila Residencial da UFRJ<sup>6</sup>) que servirão de fontes importantes que agregadas aos acervos documentais e arquitetônicos já identificados e catalogados contribuirão em muito sobre as narrativas que compõem a história da UFRJ. Dessa maneira, visamos a criação de um acervo de História Oral que se tornará disponível ao público para a sua consulta. Com isto, cabe algumas reflexões sobre a criação e a preservação desse tipo de acervo.

Ressaltamos que comemorar os 90 anos da UFRJ interage com as discussões acerca do tempo presente. Roger Chartier (2002, p.216) observou que ao se trabalhar com o tempo presente, o historiador torna-se coetâneo ao seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. A proximidade temporal entre o historiador e seu objeto não mais pode ser vista como um obstáculo, como fora desde o século XIX. Portanto, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, tornar-se-ia um instrumento importante para um melhor entendimento da realidade estudada. Chartier acrescentou que isso permitiria a superação da descontinuidade fundamental, a qual separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador, daqueles cuja história ele escreve, possibilitando, dessa forma, “uma articulação entre a parte voluntária e consciente da ação dos homens e os fatores ignorados que a circunscrevem e a limitam”.

Refletindo sobre as fontes orais, destacamos a análise de Henry Rousso (1996, p.2) sobre a questão do testemunho que

colhido *a posteriori*, por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente. Ele leva à criação de uma fonte singular na medida em que destinada desde o início seja a formar um arquivo, no sentido de conservar – eis aqui a memória de tal indivíduo ou de tal grupo –, seja a alimentar uma pesquisa específica. Nos dois casos, essa fonte está intrinsecamente ligada ao questionamento preciso do arquivista ou do historiador, voltada para um acontecimento, um indivíduo, um determinado

---

<sup>6</sup> Devemos ressaltar o trabalho dos professores Marco Antonio da Silva Mello e da professora Neiva Vieira da Cunha, como também de seus bolsistas PIBEX que desenvolveram um trabalho em 2006 e 2007 junto ao Departamento de Antropologia Cultural no IFCS sobre a vila residencial da UFRJ. (VALENTE, 2007, p.227-294)

processo histórico, e entra em sinergia ou em oposição com o discurso do ator assim erigido em *testemunha*.

Beatriz Sarlo (2007, p.58-59) observou que a escrita da história não pode cultivar o anacronismo por escolha, como ocorre com os relatos testemunhais que o permitem, já que são compostos daquilo que um sujeito quer ou pode se lembrar, daquilo que ele esquece, ou cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, enfim daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas idéias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente. Ou seja, o depoimento deve ser analisado criticamente e confrontado com outras fontes históricas para assim contribuir na escrita da história.

Para Marieta de Moraes (2002, p.314-332), os usos políticos do passado possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações. Assim, as possíveis distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa. Segundo a historiadora, a memória invade o cotidiano, mas na maioria das vezes apenas como mais um produto para satisfazer parcialmente uma demanda por identidade, e torna-se assim uma “memória domesticada”.

De acordo com Marieta de Moraes (2006, p.8), os historiadores têm como dever de ofício estabelecer diferenças entre a memória e história, entre a história vivida e a história como operação intelectual. É com esse compromisso que se deve enfrentar o desafio de deslindar os mecanismos de construção das memórias, de captar seus conflitos, de compreender o que é selecionado para ser lembrado e o que é relegado ao esquecimento. Concluiu a autora que o importante é trazer para o primeiro plano como esses mecanismos da memória operam ao longo do tempo e se atualizam de acordo com as demandas sociais e as lutas políticas.

Assim, as comemorações ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir as identidades e as legitimidades políticas. Todavia, elas não constituem somente um simples meio de produzir *consenso*; ao contrário, elas podem revelar tensões e conflitos. Partindo do princípio de que a comemoração é um elemento central da construção da identidade, lembramos que a identidade está profundamente ligada à memória, e a História Oral é um método extremamente eficaz para lidar com essa problemática (FERREIRA, 1997, p.157).

Enfim, dar voz às diferentes memórias construídas sobre a UFRJ, neste momento, é um dos principais focos do *Projeto Memória*. Dessa forma, com a organização do acervo de História Oral contribuiremos para a criação de instrumentos e fontes para a pesquisa histórica sobre a Universidade.

Vale também refletirmos sobre a preservação desse acervo em construção. Pensamos como modelo a ser seguido de preservação de acervo oral, o do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, uma instituição pioneira no que tange à constituição, organização e preservação de acervo de História Oral, que por sua vez é orientada pelos padrões internacionais de digitalização e de manutenção dos seus documentos sonoros e audiovisuais da International Association of Sound and Audiovisual Archives (IASA)<sup>7</sup>.

Segundo Marco Buarque (2008, p.3), quando tratamos de preservação de documentos, duas etapas são essenciais e complementares: conservação preventiva e digitalização. Para esse autor, se a digitalização é o processo que mais se aproxima de uma preservação de longo prazo, sua funcionalidade e efetividade só alcançam bons resultados se vier acompanhada de um trabalho eficaz em conservação preventiva. Dessa maneira, concluiu Buarque (2008, p.10), a preservação de longo prazo só pode ser plenamente alcançada no campo digital, por alguns motivos principais. Primeiramente, em função de sua codificação binária – na qual as informações vêm sob a forma de números (sempre zero e um) – os arquivos digitais podem ser copiados com precisão matemática. Em segundo lugar, e diretamente relacionado ao primeiro ponto, no campo digital não ocorrem perdas de informação quando da passagem de um sistema para outro.

Por tudo isso, registramos ser esse o novo desafio do *Projeto Memória* da UFRJ, que ao comemorar os 90 anos da instituição já diagnosticou que diferentes unidades da instituição nos procuraram para nos relatar os diferentes discursos que representam a universidade. Conhecer esses discursos e memórias e analisá-los fazem parte de nosso *Projeto*, assim como contribuir na formação da identidade da instituição.

## Referências

---

<sup>7</sup> Ver: <http://www.iasa-web.org>. Lembramos que a IASA, fundada em 1969, é uma das mais importantes associações do mundo voltada para a questão da preservação de documentos sonoros e audiovisuais, tendo publicado um importante guia de recomendações

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUARQUE, Marco Dreer. Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (9; 2008; São Leopoldo, RS). *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.215-218.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ; INEP, 2000.

\_\_\_\_\_. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965). In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Org.). *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, FCC, SiBI, 2007. p.13-42.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. *Projeto História. Ética e História oral*, São Paulo, n. 15, p.157-164, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.5, p.314-332, 2002.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: FERREIRA, M. M. (Coord.) *João Goulart: entre a história e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.7-30.

OLIVEIRA, Antonio José B. de; QUEIROZ, Andréa C. B.; MELLO, Paula M. A. M. *Projeto Memória da UFRJ*. Rio de Janeiro, 2009. (Mimeo)

OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de. *Universidade do Rio de Janeiro: discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

RICOEUR, Paul. Entre mémoire et histoire. *Projet*, Paris, n.248, 1996.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, p.1-7, 1996.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração” / comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n.44, p.425-438, 2002.

SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B., COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: FGV; Paz e Terra, 2000.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rede Sirius. Núcleo de Memória, Informação e Documentação. *Acervos de memória: exposição comemorativa do cinquentenário da UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Proposta de plano quinquenal de desenvolvimento para a UFRJ*. Março de 2006. (Série Debate)

VALENTE, Vera. A vila residencial da UFRJ: visões de uma trama social. OLIVEIRA, Antonio José B. de (Org.). *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: FCC/SiBI, 2007, p.227-294.

XAVIER, Libânia Nacif. *Iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ*. [199-]. Mimeo.